
019ª SESSÃO ORDINÁRIA – 20MAR2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, venho aqui falar em Tempo de Liderança do PDT, Partido Democrático Trabalhista, na forma de rodízio estabelecido pela nossa Bancada, através do nosso Líder Ver. Márcio Bins Ely. Ao falar neste tempo, falo em meu nome, portanto, quero dar os parabéns, mais uma vez, ao Secretário Municipal de Obras do Município de Porto Alegre, Ver. Mauro Zacher, por ter, na sua gestão, concluído a obra do asfalto do Beco da Vitória. Este Beco liga a Estrada Edgar Pires de Castro à Av. do Lami. Inclusive, estou fazendo uma pesquisa, Dr. Thiago e demais Vereadores, para que possamos mudar, se assim os moradores quiserem, o nome Beco da Vitória para Rua da Vitória ou Av. da Vitória, que seria mais lógico. Porque o Beco da Vitória – o Dr. Thiago conhece bem – já não serve mais para chamarmos de Beco, não é Dr. Thiago? Alguns Vereadores conhecem bem aquela região e sabem que o Beco já está se tornando uma rua ou até uma avenida.

Eu sei que, para alguns moradores, traz alguns transtornos trocar o nome de Beco da Vitória para alguma coisa parecida com rua ou avenida, mas já está na hora de acontecer isso, e quem vai decidir isso serão os moradores. Eu peço aqui, faço este alerta a todos os Vereadores desta Casa que frequentam o Beco da Vitória, porque acho que já está no momento de transformá-lo em rua ou avenida.

Então, um abraço ao Secretário Mauro Zacher, que casualmente é do nosso Partido, e teve a felicidade, Dr. Thiago, depois de toda essa luta, uma luta de 30 anos, de concluir o asfalto do Beco da Vitória.

Por outro lado, quero falar de um outro Secretário, o Luiz Carlos Busato, Secretário de Obras do Estado do Rio Grande do Sul, que é do PTB, mas eu queria elogiar a forma como fui atendido, e, em especial, pela sua assessoria, que me deu toda a atenção, e também à diretora da Escola Estadual Tancredo Neves, porque esta Escola nunca teve a

atenção necessária nesta Casa. Hoje a Escola Estadual Tancredo Neves que existe há muito tempo está caindo aos pedaços. Mas, para a nossa alegria, o Secretário deve anunciar, ainda esta semana ou na semana que vem, o início das obras. Será uma obra nova para aquela comunidade, ali na Urubatan, no Parque Lavoura, no Ipanema, uma obra de R\$ 3 milhões, com mil e novecentos metros quadrados de área, inclusive com uma cancha de vôlei, basquete e futebol de salão. Então, estou trazendo um assunto que ainda não foi tratado aqui, Ver.^a Luiza Neves, que nos acompanha atentamente, sobre a Escola Estadual Tancredo Neves.

É mais uma daquelas escolas antigas, do tempo do Brizola, e que agora vai passar por reforma. Já estavam esperando por isso, já foi tratado em outras legislaturas aqui, mas, agora, para nossa satisfação, e através do Secretário de Obras Busato, uma nova fase deve começar na Escola Tancredo Neves.

Então, estamos satisfeitos tanto com o nosso Secretário Municipal Mauro Zacher quanto com o Secretário Busato.

Fica o nosso agradecimento às duas Secretarias, e, em especial, às suas assessorias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Desejo encaminhar uma Moção de Solidariedade aos trabalhadores da GM que, desde às 4h da manhã de hoje, paralisaram suas atividades em busca de aumento de salário e, principalmente, da participação dos lucros, já que os operários daqui, da General Motors do Brasil, são os trabalhadores de montadoras que menos ganham no Brasil. O piso mínimo de admissão é de R\$ 1.000,00, enquanto em São Caetano, que é uma referência, o piso é de R\$ 1.712,00. Eu milito há 32 anos no Movimento Sindical e hoje tive o prazer de ver uma das cenas mais bonitas e comoventes da minha vida: dos trabalhadores em busca de salário e de condições de trabalho, com toda a chuva que caiu na madrugada, todos os operários da fábrica estavam do lado de fora, de guarda-chuvas, e, no momento de aprovar a pauta de reivindicações, fecharam os guarda-chuvas e se deram as mãos. Então, queria que esta Casa encaminhasse uma Moção de Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Quero informar que seu requerimento será votado, provavelmente, na próxima semana. Quero dizer ao Ver. Mario Fraga que me solidarizo com as suas palavras e é importante que o senhor protocole essa sua ideia.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, quero trazer, em nome da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, três temas que são importantes para a Cidade e que estão num grande debate. O primeiro deles é sobre os projetos de lei construídos aqui nesta Casa e que lutamos para que se tornem realidade. O nosso Plano Diretor é um projeto que expressa um modelo de cidade. E a maioria dos conflitos que tem surgido na Cidade, Ver.^a Sofia Cavedon, são pela não aplicação do Plano Diretor na sua essência, seja no sistema de gestão, que tem que chamar a população para debater em conjunto com o Executivo, que é o princípio do planejamento participativo, a integração dos saberes populares com os saberes técnicos, e isso tem gerado um conjunto de conflitos. Entre eles está a grande Audiência Pública que nós tivemos aqui na segunda-feira à noite. Quero fazer um registro, porque todo o trabalho que construímos, que propusemos e que resultou num ganho para a Cidade com a Lei que define a instituição do Parque Usina do Gasômetro, como resultado das discussões, houve duas grandes decisões: a primeira, que o Governo reconhece que errou em não fazer um debate, previamente, aprofundado com a sociedade, e o segundo, o reconhecimento do Parque Usina do Gasômetro e o aceno para que a partir de agora possamos construir esse parque, que é um parque que certamente será uma marca para a cidade de Porto Alegre. É isso que nos gratifica aqui nesta Câmara, creio que a nós, os 36 Vereadores, quando propomos temas para a Cidade e conseguimos dialogar, e esses temas passam a ter um entendimento de que é possível ser construído. Agora, este possível de ser construído tem que ser através do diálogo, tem que ser através da construção coletiva, tem que ser através da inovação tecnológica, tem que ser através de uma Cidade que oriente o seu desenvolvimento na sustentabilidade. E aqui sustentabilidade, para nós, é uma cidade que integre, que inclua, e não uma cidade que exclua; uma cidade que respeite a cidadania, que respeite a diversidade, que construa inovações, que trate bem seus animais, que tenha a política da

pág. 3

diversidade cultural, social e que gere economia e distribua essa economia gerando renda, como está fazendo hoje o Brasil.

O Brasil está num dos maiores processos de integração e resgate social, gerando e distribuindo renda. Nós temos, só em Porto Alegre, nos últimos dez anos, 250 mil pessoas que saíram do estágio de desempregados e passaram a ter carteira assinada, e isso não é pouca coisa. E um debate como esse, que foi à Audiência Pública e que apontou e conquistou a construção do Parque Usina do Gasômetro, Ver. Flecha Negra, é resultado de um debate nesta Casa que culminou numa emenda, a qual tive o prazer de ser o propositor. Agora temos que construir todos juntos.

Ontem, tivemos um longo debate, na CUTHAB, sobre o projeto do qual também sou propositor e que foi construído a muitas mãos, Ver. Mario Fraga, trata-se do projeto dos lotações para a Restinga e para o Belém Novo e que está numa disputa judicial. Sobre essa disputa judicial, quero dizer aqui, alto e bom som, que há uma empresa laranja que entra na Justiça para poder ganhar propina para fazer com que o sistema avance em Porto Alegre. Nós não podemos aceitar isso, temos de cerrar fileiras aqui e levar ao Judiciário. O Ver. Pedro Ruas trazia ontem uma discussão sobre os equívocos judiciais na condução desse Processo.

Portanto, quero convidar os 36 Vereadores aqui, junto com o Cleiton, na CUTHAB, pois este é um tema da Cidade: os lotações para a Restinga e Belém Novo tem de ser implementados já. Nós aprovamos a lei em 2011, já houve a licitação e a população espera. Não podemos esperar que fique no Judiciário por um, dois ou três anos. Então, a responsabilidade de acelerar esse processo é nossa, temos de cobrar, sim, do Poder Judiciário e da Prefeitura que isso seja executado imediatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde Presidente, Vereadores e Vereadoras e público que nos assiste pela televisão. Primeiro, gostaria de agradecer ao grande Gil e de dizer que, agora que descobri que ele é meu vizinho, vou encaminhar todos os pedidos

direto para ele. Obrigado pelo apoio na Rua da Praia; o pessoal aplaudiu a posição. Obrigado! Gostaria de dizer também, Presidente, que ontem me senti muito aborrecido e muito triste. Estou, há cinco anos, na CECE – Comissão de Educação e Esportes – e, ontem, fui com a nossa Presidente, Sofia, visitar duas escolas. Numa escola, na Ponta Grossa, que atende às crianças de berçário, Ver. Cecchim, e fomos tratados de uma maneira... Nós, na Comissão, recebemos Pedidos de Providências, e eu, como Vereador de Porto Alegre, recebo muitos Pedidos de Providências, às vezes, até não tem como, mas vamos em busca pelo povo. Nós estamos aqui para trabalhar para o povo, principalmente eu, porque a criança é a minha bandeira, e eu vou correndo. E, ontem, tivemos uma situação muito delicada, junto com a Presidente Ver.^a Sofia, com a Ver.^a Sefora Mota, o Ver. Professor Garcia, quando a diretora nos tratou muito mal, muito mal mesmo, Ver. Pujol. Proibiu a entrada do fotógrafo, proibiu a entrada dos nossos assessores e deixou entrar só os três Vereadores. As fotos que iam ser feitas naquela escola seriam também para mostrar ao povo que a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude está caminhando pela Cidade, buscando a melhoria das escolas. Senti-me ofendido e muito decepcionado. Em cinco anos que estou na Comissão, nunca passei por uma situação dessa natureza.

Então, quando formos às escolas em visita, vamos para falar das coisas boas que as escolas têm e daquilo que precisa ser feito. Na nossa Comissão tem oposição, tem situação, e nós não estamos aqui nessa briga entre oposição e situação. Nós estamos aqui na briga, Ver. Cecchim, para as escolas atenderem com tranquilidade a essas crianças, principalmente as de berçário. É muito importante para essas crianças com um aninho, dois aninhos a sua formação. Essas crianças, obviamente, serão o futuro deste nosso País e desta Cidade, esta Capital tão maravilhosa, que é Porto Alegre.

Outro assunto: o *kit* escolar. Os uniformes estão chegando, mas algumas escolas me ligaram, porque sabem que eu sou o autor dessa lei, pedindo que eu olhasse na Secretaria de Educação quando vem o material, que é o mais importante. É como se um time entrasse em campo e não tivesse bola. O material escolar – a caneta, o lápis e o caderno – tem que estar em primeiro lugar, porque é como jogar futebol sem bola.

Então, nós pedimos aqui, com todo o carinho, com o todo amor pela Secretaria – eu sei que a Cleci é uma pessoa que luta pela educação –, que todas as escolas recebam o *kit*

escolar para que as crianças possam estar na sala de aula estudando, se formando, porque isso é importante para todos nós e para as escolas.

Principalmente nós, Parlamentares, temos que ter um olhar profundo pelas nossas crianças e pelos nossos jovens. Teoricamente, eu já disse aqui antes, elas serão o futuro do País. Vamos ter um olhar mais profundo, olhar com carinho. Eu tenho ido muito às escolas, tenho conversado com as diretoras, tenho falado com muitas pessoas da Secretaria de Educação, falado com a Cleci sobre as quadras cobertas para essas crianças, porque, quando chega à época da chuva, à época do sol, essas crianças quase não aproveitam a área de lazer da escola. Então, vamos cobrir essas quadras. Eu estive visitando escolas que estão lindas, maravilhosas. Há pouco estive na inauguração de uma escola, juntamente com o Prefeito; a escola estava linda, com as quadras cobertas. Eu acho que isso é importante, essa dignidade nas comunidades, nas vilas, para que eles se sintam com vontade de estar na sala de aula, com vontade de estar no colégio. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Tarciso.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, inicialmente, quero fazer referência à Audiência Pública realizada na segunda-feira, parabenizando V. Exa. pela condução dos trabalhos aqui de público, o que já fiz pessoalmente. Esta Casa tem sido o palco, a arena das grandes discussões e, mais uma vez, o Governo demonstrou, sim, que está aberto ao diálogo, que está aberto ao debate, estando representado pelo Vice-Prefeito, Sebastião Melo, e pelos Secretários Municipais, que participaram da Audiência. Quero ressaltar que hoje, às 17h, se realizará a primeira reunião do Grupo de Trabalho que discutirá a implantação do Parque do Gasômetro, portanto, aí está a deferência e a referência com relação à disponibilidade, à disposição deste Governo em ouvir a comunidade através de audiências públicas, não se omitindo, não se furtando ao debate. Também estive presente na Audiência, assim como os Vereadores Brasinha, Paulo Brum, Ver. Cassio Trogildo, e a Bancada do PTB, que ouviram e participaram do debate. Também quero destacar, Ver. Villela, que amanhã, dia 21, daremos seguimento ao protesto às altas e abusivas tarifas que estão sendo cobradas pelo serviço de telefonia, como já tem acontecido ao longo dos

meses, por proposição do Deputado Federal Ronaldo Nogueira. Amanhã, nós teremos essa mobilização em todo o Brasil; são mais de 260 milhões de linhas telefônicas no País e, claro, milhares delas aqui em Porto Alegre. Como já comentei, o fundamento dessa manifestação são as altas tarifas, os congestionamentos das linhas, a propaganda enganosa e o descontrole, que é notório por todos nós.

Então, eu convoco o público que nos assiste por meio da TVCâmara, todos os colegas Vereadores e todos que nos escutam, a participar, amanhã, do meio-dia às 13h, em protesto, desligando seus telefones celulares e assim, com certeza, estaremos provocando a instalação da CPI no Congresso, e tendo como aliado o Ministério Público Federal, para investigar as altas e abusivas tarifas que estão sendo cobradas pelas empresas de telefonia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Muito obrigado.

Destaco a presença do Sr. Adriano Dornelles, Presidente da Câmara de Rosário.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Dr. Thiago, aproveitando o ensejo da fala do nobre Ver. Elizandro Sabino, pergunto a V. Exa. por que tarda a instalação da CPI sobre a telefonia nesta Casa, se já possui número suficiente de nomes? Não é só na Câmara Federal que isso tem que ocorrer; Porto Alegre tem que se debruçar no assunto, pois estamos com sérios problemas. Pergunto a V. Exa. e ao nosso Diretor Legislativo o que impede a instalação da CPI da telefonia nesta Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero-lhe dar um parecer, Vereadora. Apesar de a CPI ter o número correto de assinaturas, estar aprovada, e será instalada, paira uma dúvida com relação a uma das assinaturas. Trata-se do Requerimento de um dos Vereadores, posterior ao apregoamento do Projeto, que quer tirar a sua assinatura. Mas eu acredito que, até o final da semana, nós deveremos ter esse Parecer, e poderemos, certamente, na semana que vem, instalá-la. Obrigado, Vereadora.

O SR. MARIO FRAGA: Presidente, só para ajudar, eu acho que um dos culpados é este Vereador, porque o Processo ficou na minha mesa, desde a semana passada, para eu

assinar. Então, eu assumo a responsabilidade dos últimos cinco dias sobre esse Processo.

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Sr. Presidente, eu peço vistas ao Processo. É uma solicitação, porque gostaria de me apropriar à temática, em função do que foi colocado sobre a questão das assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Eu lhe peço que faça o Requerimento por escrito à Mesa.

A Ver.^a Sefora Mota está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SÉFORA MOTA: Boa-tarde, meus queridos Colegas. Muito obrigada, Presidente, e aproveito a fala do Ver. Tarciso para comentar sobre a visita que fizemos, ontem, à Escola Municipal de Educação Infantil da Ponta Grossa. Ressalto que são muito válidas essas visitas, até para acompanharmos o grande empenho da Secretaria de Educação nessas instituições. Ontem, a Diretora dessa Escola nos disse que tem acesso direto à Secretária, que sempre está aberta ao diálogo. Essa Escola da Ponta Grossa tem problema de vagas, e constatamos que são em torno de 100 suplentes para toda a Escola; há a previsão de construção de 41 escolas de educação infantil neste ano, o que ajudará bastante nessa questão. Sabemos que a demanda sempre maior do que o número de vagas existentes, mas a Secretária de Educação está empenhada e é conhecedora de todos esses problemas. Nós temos a questão da falta de monitores nas escolas, e os que estão trabalhando, não são suficientes, assim como os estagiários. Mas eu acredito que isso será sanado logo.

Outra questão é a de algumas creches conveniadas que reclamam do valor repassado a elas pela Secretaria. Esse valor – é importante ressaltar – é para a folha de pagamento, retirando o encargo da questão salarial dos administradores, que têm que manter os funcionários. A Secretaria vem buscando meios de aumentar essa verba para as creches conveniadas, pois sabemos que esses valores não são suficientes, mas muito importantes porque cobrem a folha de pagamento. E, hoje, conversando com a Secretária Cleci, eu fiquei muito feliz, porque na Vila da Pedreira, ainda neste ano, sairá a Escola da

Ursa Maior, que é uma reivindicação antiga daquela comunidade. Então, eu só queria relatar isso, porque faço parte da CECE, e estamos acompanhando todas as escolas e buscando, junto com o secretariado, resolver os problemas. Muito obrigada pela atenção de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero reiterar o convite que já foi feito por *e-mail* a todos o Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, que hoje estamos instalando o Grupo de Trabalho para a criação do Parque do Gasômetro, conforme deliberação da Audiência Pública de segunda-feira, com a presença do Executivo, na pessoa do nosso Prefeito em exercício, Sebastião Melo.

O SR. CASSIO TROGILDO: Estava marcada também, para depois desta Sessão, a questão do planejamento estratégico da Câmara. Como nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Nós vamos remarcá-la, Vereador.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Câmara viveu uma Audiência Pública, mais uma, bastante aguda, tensa, e nós, da oposição, temos uma avaliação – tenho certeza de que falo aqui em nome dos três Partidos de que, lamentavelmente, nós, a oposição, não conseguimos construir um acordo com a base do Governo para democratizar as manifestações. Nós queremos aqui deixar muito claro que a metodologia de uso da maioria, mudando uma prática política, que é uma prática política para além de uma Resolução de Mesa que nós queremos alterar, uma prática política que inaugurou a impossibilidade de todos os Vereadores se manifestarem em Audiência Pública, que, por mais que estivesse numa resolução de Mesa – que são as Lideranças –, nós nunca praticamos esse cerceamento, Presidente. Eu lamento que seja na nossa gestão, na sua gestão de Presidente e na gestão em que componho a 2ª Secretaria; eu lamento. A Lei Orgânica garante aos Vereadores, que são

pág. 9

ungidos nas urnas, a presença e o espaço, Ver. Tarciso, a participação, a entrada e a fiscalização em qualquer espaço da cidade de Porto Alegre. Cercear manifestação – um pouco do que nós vivemos, ontem, na escola infantil... cercear manifestação de cada Vereador numa Audiência Pública, Ver.^a Any Ortiz, abre uma prerrogativa muito complicada. Quero dizer que houve, Ver. Janta, quero fazer aqui o parêntese, V. Exa., por exemplo, discordava desse encaminhamento. E eu quero, nesta manifestação da oposição, construir com V. Exa. uma alteração da Resolução.

Em segundo lugar, a inflexibilidade no alargamento, na possibilidade de reduzir o tempo e permitir que mais população, mais cidadania se manifestasse. A Audiência Pública é o lugar da escuta da população. O que nós ouvimos o tempo inteiro, a tensão do tempo inteiro, os cartazes nas mãos das pessoas eram de indignação com esta Casa. A Casa fazendo a mediação e uma indignação com a Casa porque eles queriam ser ouvidos! A população veio aqui para uma Audiência, as pessoas entendem que audiência é onde se escuta, onde a Casa vem escutar, onde o Governo vem escutar o povo, e esse sentido precisa ser resgatado. Nós temos que ter paciência para escutar o povo e, às vezes, escutar por horas e horas, Ver. Nedel, porque o povo é bastante. A democracia direta implica tempo e alargamento de tempo para se poder escutar. A democracia representativa resume a representação, Ver. Maroni, mas a participativa exige bastante tempo porque as pessoas querem falar em maior quantidade obviamente.

Eu quero fazer essas duas observações porque, se nós não damos vazão à manifestação da cidadania, nós vamos criar outro tipo de revolta, de indignação em relação à própria representação via democracia nos Parlamentos, que é o espaço mais plural da sociedade; no Executivo, é quem ganhou maioria.

E por fim, neste último minuto, Presidente, quero dizer que a construção que fizemos de reconhecimento pela Prefeitura do Parque da Usina, como a legislação escrita por esta Casa a partir da demanda popular, foi uma construção muito importante, mas ela precede, Presidente, o traçado e a obra da Av. Edvaldo Pereira Paiva. Realizar a Edvaldo agora depende de construirmos o consenso, Ver. Cassio, sobre esse Parque porque, senão, se consolida uma outra realidade, e o Parque que vá se adaptar a uma via de alta velocidade, com três pistas a cada lado. Isso não é um parque, isso é outra coisa! Então, nós não vamos brincar de democracia, vamos radicalizá-la. O discurso do diálogo e da democracia que o Prefeito aqui representado fez, nós queremos radicalizar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Solicito ao Ver. Nedel, em função de a Ver.^a Sofia estar na tribuna, que assuma a presidência dos trabalhos para que eu utilize o Tempo de Presidente.

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Nedel. Quero agradecer ao conjunto dos Vereadores e Vereadoras e falar, alto e bom som, sobre algumas questões. Quero dizer à Ver.^a Sofia que ela é extremamente injusta nesse processo todo e nessa crítica que ela faz à condução da Casa e à condução dos processos.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. DR. THIAGO: A senhora fez, a senhora fez; a senhora recorra às notas taquigráficas. Eu quero ler de novo a Resolução de Mesa...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. DR. THIAGO: A Ver.^a Sofia é mais antiga que eu na Casa! Ela devia já ter reformulado essa Resolução de Mesa! Eu nunca fiz parte da Mesa, Ver. Idenir Cecchim! Eu nunca fiz parte da Mesa! Esta é a primeira vez que eu faço parte da Mesa! Eu nunca presidi a Casa, a Ver.^a Sofia já presidiu a Casa! E essa Resolução de Mesa é anterior ao tempo em que a Ver.^a Sofia presidiu a Casa. Então, ela já poderia ter reformulado isso! É meu dever salvaguardar a Casa, a instituição está acima do meu mandato. Eu não negocio e não abduco disso. O Regimento da Casa, se não houver acordo, será mantido. Isso é manter a democracia, isso é não usar, de forma casuísta, o Regimento: quando ele me interessa, ele vale; quando ele não me interessa, ele não vale! Nós não podemos agir

assim porque, senão, nós fragilizamos as instituições democráticas deste País. Se nós agirmos assim, nós vamos fragilizar as instituições democráticas deste País. Se nós agirmos de forma casuísta, se agirmos “do quanto melhor para nós, melhor”, nós vamos fragilizar as instituições. E é isso que precisa ficar bem claro. Esta Casa, em nenhum momento, cerceou o direito de quem quer que seja de falar; inclusive quando se veio a esta tribuna para falar mal e criticar o Presidente! Este Presidente ouviu democraticamente as pessoas mesmo não concordando. Nós estamos aqui não para agradar ou desagradar. Eu jurei, naquela cadeira onde está sentado o Ver. Nedel, para toda população de Porto Alegre que iria cumprir o Regimento desta Casa e vou cumprir o Regimento desta Casa haja o que houver, independentemente do que quer que aconteça, porque eu acho que esta instituição tem que estar acima dos mandatos de todos nós.

Eu quero ler aqui... e faz parte, sim, do Regimento; Resolução de Mesa é Regimento da Casa (Lê.): “Art. 6º – Resolução de Mesa nº 401, de 20 de outubro de 2008. A realização das audiências públicas obedecerá aos seguintes procedimentos: I – abertura dos trabalhos pela presidência; II – apresentação de projetos, estudos ou informações acerca do objeto da audiência, a cargo de autoridades, técnicos ou palestrantes previamente designados; III – pronunciamentos de representantes da comunidade, mediante inscrição a ser realizada no início da audiência num total de até 10 (dez) manifestações, pelo tempo de até 5 (cinco) minutos cada; IV – pronunciamentos dos Vereadores, sendo um por Bancada com assento nesta Casa; V – encerramento, com pronunciamentos não excedentes a 10 (dez) minutos cada, das pessoas referidas nos incisos I e II deste dispositivo.” E isso foi cumprido à risca! Se não tivéssemos cumprido à risca, teríamos tido problema aqui! Nós teríamos tido problema de segurança porque não faltaram pessoas para incitarem, para colocarem uns contra os outros. Não faltou isso. Se o conjunto dos Vereadores entende que este Regimento está obsoleto, que possamos, então, propor outro, que votemos outro democraticamente, que aproveemos outro democraticamente. E que não, de forma casuísta, venhamos a esta tribuna e critiquemos a Casa porque não foram do seu agrado as manifestações. V. Exa. não está criticando o Ver. Dr. Thiago, está criticando a Casa! Está criticando a Mesa da qual V. Exa. faz parte! Então, vamos ter essa compreensão, vamos ter esse olhar e vamos ter esse direcionamento, senão as coisas não vão andar corretamente. E podem certeza: este Vereador está Vereador, está Presidente – a minha função é de médico, é de cidadão de

pág. 12

Porto Alegre – e, enquanto eu estiver Presidente, o Regimento vai ser cumprido. Se não houver acordo entre os Partidos, a Presidência vai cumprir o Regimento. Se os Vereadores têm dificuldade em ler o Regimento da Câmara de Porto Alegre, espero que tirem um tempo para poderem lê-lo e estudá-lo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Nedel.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Tempo Especial.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; a minha fala hoje é sobre a prestação de contas do evento de que participei em Curitiba, sem ônus para a Câmara, que foi o I Seminário de Políticas Públicas para os Animais, na Assembleia Legislativa do Paraná, a convite do Dep. Stephanes Junior, que é um parceiro nosso e que trabalhou na lei de retirada das empresas de cães de aluguel do Estado do Paraná. Lá as empresas de cães de aluguel estão proibidas de atuar. Nesse evento, foram tratadas iniciativas do Estado do Paraná, como a Unidade Móvel de Esterilização, que já existe há bastante tempo e que, inclusive, serviu de modelo para que nós, aqui no Município, criássemos a nossa Unidade Móvel. Lá em Curitiba, ela é coordenada pela Universidade Federal do Paraná, em parceria com o Município, com verbas federais; coordenado pelo Prof. Alexandre Biondo, uma sumidade nessa área, zootecnista, médico veterinário e pesquisador.

Também um evento que está bem adiantado no Paraná é a Guarda Municipal de Proteção Animal. A própria Guarda de Proteção Animal fiscaliza maus-tratos aos animais, colaborando com o Município, que ainda não tem uma secretaria, mas é projeto do novo Prefeito criar a Secretaria de Proteção aos Animais, visando atender à população de animais domésticos.

Outra iniciativa divulgada pela Primeira-Dama do Paraná é o trabalho da FASC: como alguns adolescentes ficam sem família, muito sozinhos, eles vão implementar animais na

socialização desses adolescentes que permanecem na FASC; além dessa secretaria, cujo projeto está em fase de elaboração.

Nós visitamos a própria cidade, vendo como é o transporte, pois isso sempre é enriquecedor.

Também hoje quero cumprimentar o Dep. Paulo Odone, que não é do meu Partido, é do PPS, que há muito tempo vem apoiando a causa animal, e aprovou, na última reunião da Comissão, a lei que proíbe cães de aluguel no Estado do Rio Grande do Sul, que agora vai a Plenário, e acreditamos que não vai haver problemas, porque tem sido positiva a votação nas Comissões da Assembleia. Essa lei visa acabar com a exploração dos cães de aluguel e dar mais emprego aos vigilantes, porque, na medida em que são colocados cães em obras, por exemplo, vão diminuindo as vagas para vigilantes, vigias, sem pagar imposto, porque animais não pagam impostos, não recebem salários, são apenas explorados. Cumprimento o Deputado e sua equipe, que atuou com sucesso na tramitação desse projeto. E já podemos contar, a partir de agora, que essas empresas vão ser banidas do Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Aprecio solicitação do Ver. Tarciso Flecha Negra, na condição de Líder da Bancada o PSD e nos termos do art. 218, § 6º, do Regimento desta Casa, para Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Bernardino Vendruscolo, no período de 20 de março a 29 de março. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Rodrigo Maroni, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Com toda essa discussão sobre o processo de Audiência Pública, por ter participado de várias Audiências Públicas no Senado, na Câmara Federal, em centenas de Câmaras de Vereadores deste Estado e do País, eu encaminharei um memorando à Mesa pedindo alteração dos critérios para Audiência Pública dentro da Casa do Povo de Porto Alegre, permitindo que falem os Líderes de Partido e um representante de cada um dos Partidos, para que maior número de pessoas da comunidade possam falar. Está sendo encaminhado à Mesa da Casa, e a Ver.^a Sofia Cavedon poderá discutir a questão com os seus Pares.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Cláudio Janta, não há desacordo com relação a isso, e tudo que for construído, este Vereador, na condição de Presidente, vai acolher. Como eu disse, só não podemos mudar a regra do jogo no transcurso do campeonato.

(15h14min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 01 ao PLL nº 080/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 080/13, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 061/13, de autoria da Ver.^a Jussara Cony. (Pausa.) A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o processo da Semana da Mulher é organizado por esta Casa, pela Mesa Diretora, com a participação de todas as Vereadoras e também dos Vereadores, nós chegamos a discutir um pouco e a aprofundar bastante, mesmo no pouco que discutimos durante a semana, na Temática, com as nossas convidadas, a importância da participação da mulher no Poder político, e, naquele momento, nós já encaminhamos esse Requerimento, que é o Requerimento da constituição de uma frente parlamentar pela reforma política, que não é uma questão das mulheres; é uma questão da sociedade, é uma questão de homens e mulheres, porque está em curso, hoje, no Brasil, uma reforma política, e nós estamos encaminhando essa frente parlamentar exatamente porque a disputa, no atual estágio no País, ainda vai ser entre restringir a democracia ou aumentar a democracia. O centro dessa discussão da reforma política, do debate no Congresso Nacional é isto: nós

pág. 15

queremos ampliar a democracia, radicalizar – Ver. João Derly, Ver. Maroni, meus queridos companheiros de Bancada, que honram o nosso Partido –, no que significa a palavra radicalizar, que é ir até a raiz das questões. Por exemplo, as mulheres lutam hoje para que, nessa reforma política, possamos avançar naquilo que não é bom só para as mulheres, é bom para a humanidade, é bom para a sociedade. Nós queremos avançar no sentido de que na lista fechada da reforma política haja a contemplação não das mulheres cumprindo apenas uma quota de 30%, mas que nós possamos ter uma lista de um homem e uma mulher, ou de uma mulher e um homem gradativamente preenchida e que, além disso, nos partidos políticos, nós possamos ter uma cota de 5% do fundo partidário para a formação, a capacitação e a ampliação da participação feminina nos Partidos políticos, o que vai ser muito bom para os Partidos e para a democracia.

Acho que ainda há muita falta de informação na sociedade sobre a discussão e o entendimento da relevância da reforma política no Brasil. Existe desinformação em relação ao assunto, que dificulta, inclusive, a defesa do Projeto lá em Brasília. A discussão não está, no nosso entender, como deveria estar, passando pela participação da sociedade. E esta é uma Casa política, é uma Casa formada por homens e mulheres que têm militância política e, dentro dos seus Partidos, conquistaram os espaços, Ver. Paulinho Motorista, para estarmos aqui hoje representando neste poder político. Então, acho que é muito importante que a nossa Casa abra esse debate instituindo essa Frente Parlamentar em que o Legislativo vai chamar a sociedade civil também para esta discussão, porque a grande maioria de nós que estamos aqui eu acho que vem dos movimentos sociais, vem do movimento sindical, do movimento comunitário, dos movimentos profissionais, enfim, das lutas sociais. E isto só reforça a democracia.

Queremos também discutir a fundo a questão do financiamento. O financiamento público é importante sob o ponto de vista da transparência, sob o ponto de vista da igualdade de direitos daqueles que concorrem, e são a questões assim que uma Casa como esta não pode se furta. Há pouco, eu era entrevistada aqui pela rádio da nossa Câmara, e eu dizia que a Câmara Municipal de Porto Alegre tem histórias belíssimas de luta pelas liberdades democráticas.

E, para mim, a reforma política é uma etapa da democracia, das liberdades democráticas no nosso País. O nosso País está se desenvolvendo política, econômica, social e ambientalmente e tem que se desenvolver também sob o ponto de vista da participação

política, e a reforma política é estratégica para isso, com controle na esfera pública. Enfim, não podemos ter uma reforma fragmentada, que se vote agora uma coisa, daqui a pouco outra, e não se vote uma reforma à altura da luta política do povo brasileiro, que elegeu homens e mulheres como nós, que elegeu um operário Presidente da República, que elegeu a primeira mulher Presidente da República. Isso é fruto da luta do nosso povo. Então, a reforma política tem que refletir a luta de homens e mulheres pelo avanço da democracia no nosso País. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Jussara Cony. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver.^a Cony, é de extrema necessidade, é imprescindível que esta Casa discuta a reforma política e que haja uma Comissão para discuti-la, porque é um anseio da população brasileira, é um anseio de todos que tenhamos regras mais claras, transparentes, e principalmente que todos possam entrar na disputa em condições igualitárias, em condições iguais, respeitando a questão das cotas, de gênero.

Além da reforma política, também é de extrema importância que esta Casa não se furte de discutir a reforma tributária. Não podemos deixar de discuti-la em hipótese nenhuma! O Governo Federal, o Governo Dilma, dá uma isenção imensa na cesta básica, Ver. Comassetto, Ver.^a Sofia, uma grande isenção nos produtos da cesta básica, e o que se vê é que, na contramão da história, os produtos da cesta básica estejam subindo de preço! Por incrível que pareça, a cesta básica vai subir quase 6%! É um absurdo, uma coisa inimaginável o Governo Federal reduzir os impostos, reduzir o preço dos produtos da cesta básica, e, mesmo assim, ela subir 6%!

O Governo Federal já recebeu 72 vezes os empresários; 72 vezes os empresários conseguiram audiência com o Governo Federal, e o Governo Federal fez mais de 15 pacotes de medidas beneficiando a indústria nacional e as empresas. Com isso, foram liberados cerca de R\$ 33 bilhões para as empresas; R\$ 33 bilhões do povo brasileiro foram disponibilizados pela baixa no preço dos produtos da cesta básica e baixa dos juros básicos. A desoneração das folhas de pagamento que se vê é em função das empresas

que foram beneficiadas, aumentando ainda mais os seus produtos; as empresas foram beneficiadas, influenciando ainda mais no aumento das taxas públicas. Também a redução dos custos de energia... Essa indústria nacional, na qual os trabalhadores foram às ruas pedir políticas do Governo... Essa indústria nacional, numa pesquisa da Fiesp, diz que não vai investir nenhum centavo este ano em mão de obra, nem em ampliação de empresas. Não vai investir nenhum centavo, neste ano, na geração de emprego. Isso é um absurdo, esse dinheiro público tem que ter controle do povo! Não pudemos mais fazer liberações de impostos, de tributos do povo brasileiro sem ter uma contrapartida. Então, é imprescindível que a Casa do Povo comece a discutir, neste País afora, uma reforma tributária justa, em que quem ganhe R\$ 1.400,00 por mês não seja obrigado a pagar o Imposto de Renda, um imposto abusivo, que só vem tirar do bolso dos trabalhadores. Então, nós apoiamos essa frente em defesa da reforma política, mas sinalizamos a necessidade de discutirmos as isenções da reforma fiscal deste País. Muito obrigado, e que, com força e fé, a gente consiga melhorar os rumos dos trabalhadores brasileiros. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, quero parabenizar a Ver.^a Jussara Cony por essa iniciativa. Esta Câmara, por ser de Porto Alegre, uma Capital, não poderia fugir desse assunto. Sabemos há quantos anos se fala em reforma política. Lembro que, em 2005, foi a famosa “cláusula de barreira”, que foi estabelecida e, na hora, não saiu. Inclusive ela permitia que aqueles Partidos que não tinham atingido os 5% poderiam fundir-se com outros Partidos quando chegassem a 5%. Lembro que, no próprio Partido da Vereadora, foi a questão dos 2%, que era uma outra questão a ser debatida. Mas entendo que isso é um assunto importante para o processo. O que temos visto? Hoje, no Brasil, temos quase 30 partidos políticos. Na realidade, é inadmissível, o eleitor não consegue... Ou vamos voltar para o Cazuza e dizer: “ideologia, me dê uma”, porque se perdeu, não temos mais isso. E, também pela nova alteração que teve, hoje a criação de um novo partido é uma perspectiva de um processo migratório, como ocorreu recentemente com a questão do

PSD. O PSD nasceu como a quarta maior Bancada do País, mas foi uma alternativa legal – entre aspas, não vou entrar no mérito – que os Parlamentares viram para trocar de Partido.

Então essa questão de discutirmos uma reforma política é importante. Eu sou daqueles que defendem a questão das campanhas com recursos públicos, com um controle maior, e uma isonomia, porque o que vemos hoje nas nossas campanhas é algo monstruoso, ou seja, alguns com muitos, e outros, com quase nada. Aí essa proporção fere essa questão do próprio processo de isonomia, pelo menos de ocupação de espaço e outros.

Eu também defendo, Ver.^a Jussara Cony – eu não sei qual a sua posição, e vou fazer parte dessa frente pela discussão – que comecemos a fazer eleições não de dois em dois anos, como temos hoje, mas de quatro em quatro anos e em todos os níveis, e já há até uma discussão de que seja de cinco em cinco anos. E temos que fazer. Os custos das campanhas em nosso País são altíssimos, e, num país como o nosso, é inadmissível fazer a cada dois anos uma campanha. Então, por que não fazermos uma eleição de quatro em quatro, ou até, como alguns estão propondo, de cinco em cinco? Para Presidente, Senador, Deputado Federal, Governador, Deputado Estadual, Prefeito e Vereadores. São situações... porque, muitas vezes, as pessoas têm medo do novo, mas temos que enfrentar essa discussão, porque isso é salutar para o processo democrático. Eu não concordo muito que, a cada dia, surjam novos Partidos, e não é que não possam surgir novos Partidos, mas o que percebo é que, com esse novo viés, surge a possibilidade, através de uma saída legal, de se mudar.

Então, quero parabenizar a Ver.^a Jussara Cony, pois acho importante a gente enfrentar esse assunto. A Câmara Municipal não decide esse assunto, mas tem o dever e a obrigação de construir massa crítica e sugerir que o Senado e a Câmara dos Deputados decidam. Na realidade, é na Cidade que ocorrem as discussões, então, não podemos fugir, está na hora de enfrentarmos o tema. Temos visto que, a cada ano que passa, esse assunto entra para ser votado, mas, na hora da votação, ele é retirado de Pauta, pois parece que não é tão importante. Mas, próximo às eleições, cria-se uma comoção, fala-se muito e, depois, o tema adormece de novo. Está na hora de enfrentar a questão e gostaria de parabenizar a Jussara Cony por essa iniciativa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o que propõe a Ver.^a Jussara Cony? Propõe a constituição da Frente Parlamentar pela Reforma Política. Essa Frente já nasce com posturas democráticas, pois entre seus integrantes terá pessoas com opiniões diversificadas com relação ao que entendem adequado para a Reforma Política. É um estabelecimento, em última análise, de um cenário favorável à discussão profícua. Nós, inclusive, Presidente, devemos receber aqui, na próxima segunda-feira, o Deputado Henrique Fontana, que é um grande batalhador da Reforma Política. O Deputado irá discutir conosco e ouvirá opiniões divergentes sobre o mesmo tema. Aliás, na Câmara dos Deputados, já se constituiu um bloco de mais de 200 Parlamentares de Partidos diferentes, no qual as três agremiações políticas que têm assento na Casa, na sua quase totalidade, participam: o PRB participa, o PSB participa, o PCdoB participa, o DEM participa, o PTB participa, e acredito que o Partido Progressista participe. Ou seja, todos aqueles Partidos que não têm grande expressão parlamentar se uniram para se posicionar, Ver. Paulo Brum, contrariamente ao chamado fatiamento da Reforma Política, que quer começar com a proibição das coligações nas eleições parlamentares, tanto para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. E isso, evidentemente, é uma decisão sobre a qual precisa-se ter muito cuidado. Até porque em um pequeno Município com nove Vereadores, em um País como o nosso que hoje já tem mais de 30 agremiações políticas, se os Partidos não tiverem a articulação da coligação em uma eleição proporcional, ele não tem como disputar essa eleição. E eu fico muito à vontade para falar nisso, pois o meu Partido já foi grande, foi enorme, minguou, hoje se apequenou no tamanho e se agrandou na consciência política. Os que ficaram, democraticamente, disseram: nós queremos ficar aqui porque não queremos aderir, e os nossos colegas que queiram aderir que saiam, formem outro Partido; formaram, estão aderindo, ou já aderiram, e parece até que terão um Ministério. Nada há a criticar nessa opção deles; o que há a criticar é que, nessa Reforma Política que todos nós desejamos – Vereador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Professor Garcia, V. Exa. foi durante muito tempo meu colega, grande general do exército de um homem só, o senhor liderava o seu Partido, e eu o meu Partido, nós dois éramos a

representação dos pequenos – a pulverização excessiva do processo político democrático é inconveniente. Mas quem tem que estabelecer a regra para isso é o eleitor, que deve dizer: “chega de Partido, nós não queremos mais Partidos”. Então pode ter quantos Partidos quiser, e se o eleitor entender de não eleger representantes desse Partido, esse Partido vai desaparecer ao natural. O problema de nascer muitos Partidos políticos é que hoje, da forma com que é constituído o processo, organiza-se um Partido qualquer e ele já tem direito a fundo partidário, espaço na televisão, uma série de benefícios, coisa que ele só poderia alcançar depois de legitimado pela urna. Fundar novos Partidos, para nós, é natural, o problema é dar efetividade, representar a presidência dos Partidos, antes do referendo popular. Partido político, como representante de um segmento, tem que ter respaldo da urna. O PSD, por exemplo, do Ver. Tarciso – eu olhei agora para o Vereador e me lembrei –, é um Partido que se compôs aqui na eleição municipal, porque não teria outro caminho a seguir. Organizou-se aqui no Estado dois dias antes do prazo de filiação: somou-se ao PCdoB, somou-se a vários outros Partidos, fez uma frente e teve o seu resultado prático, que trouxe de volta para a Câmara o Ver. Bernardino Vendruscolo e o Ver. Tarciso Flecha Negra.

Então, obviamente, eu sou absolutamente a favor da Frente Parlamentar, vou participar dela e vou ser um dos mais atuantes participantes, o que não quer dizer que eu, a Ver.^a Jussara Cony, o Ver. Tarciso Flecha Negra, enfim, todos nós tenhamos o mesmo ponto de vista com relação a qual Reforma Política queremos. Vamos discutir internamente e chegar às nossas conclusões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 061/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e todas, primeiro, gostaria de parabenizar a Ver.^a Jussara pela iniciativa de propor a Frente Parlamentar, a qual queremos compor por entender que essa, talvez, seja a Reforma mais importante; também é importante a Reforma Tributária e outras grandes reformas do País, mas a Reforma Política é aquela que tem a possibilidade de alterar todas as outras. Então,

parece-me que é estratégico para o futuro do Brasil colocarmos em pé uma Reforma; eu concordo com o Ver. Pujol, que teremos que discutir qual será.

Mas já há, no Congresso Nacional, um relatório do Deputado Federal Henrique Fontana, que se dispôs a vir aqui e fazer um debate com a nossa Câmara de Porto Alegre. A Reforma que ele está propondo em seu relatório tem mudanças realmente muito significativas na estruturação do nosso sistema político eleitoral. Eu me permito aqui ler alguns títulos, sem entrar no mérito de cada um. A primeira delas é a questão do financiamento público exclusivo das campanhas. Isso muda de forma radical a forma como as campanhas se darão daqui para frente. E não estou exprimindo aqui nem a opinião do Deputado Federal, e nem a do Partido, mas, na minha opinião essas campanhas devem ser, sim, muito mais baratas e muito menores do ponto de vista da sua vultuosidade. Para vocês terem uma ideia, em alguns países, só é permitido fazer campanhas em prédios públicos. Então, existe uma escola municipal, por exemplo, como no caso da Itália, em que há um espaço reservado para a propaganda eleitoral, e aquilo roda de tempos em tempos entre os partidos – como ocorre com a propaganda de televisão. Então, vejam, a lógica é totalmente contrária: ao invés de só permitir nos espaços privados... E a isso, obviamente, entra em jogo uma questão comercial, ainda que a lei diga que não se pode cobrar. Então, esse pudor do espaço público, na verdade... E é justamente aí, na minha opinião, que poderia ser feita a propaganda política e não em qualquer espaço privado. Quer dizer, uma simples mudança de ótica na visão da propaganda política mudaria todo o sistema.

Bom, além do financiamento público exclusivo, o relatório do Deputado Henrique Fontana propõe: regras de contratação de cabos eleitorais; os gastos feitos exclusivamente pelos Partidos; acompanhamento dos gastos pela Internet; a questão da participação direta também via digital, facilitando que a participação ocorra; a formação de lista de forma flexível. Com relação a isso, os colegas aqui e futuros candidatos que tenham menos força dentro dos Partidos já se colocam com um certo temor em relação à lista, porque, obviamente, tendo menos força dentro do Partido, em princípio, não conseguirão integrar o topo da lista. Mas a proposta do Deputado Henrique Fontana, do nosso Partido, é que essa lista, inclusive, seja feita pelo Partido, ou seja, nas reuniões internas do Partido, nas convenções internas do Partido, em que cada filiado pode votar em quatro nomes, ou seja, forma a lista, mas o eleitor, na hora de votar, também pode formar a lista, ou seja,

pág. 22

ele pode votar no Partido e no candidato da sua preferência, e com isso a lista se torna ordenada pelo próprio eleitor. Não é um sistema novo, isso já existe na Bélgica, na Noruega, quer dizer, não está aqui se inventando a regra, a roda, isso ocorre já em alguns países com um amadurecimento melhor da democracia do que no nosso; são democracias mais antigas que já passaram por todos os problemas que estamos passando agora.

Então, parece que é importantíssimo, Ver.^a Jussara, compormos aqui uma Frente, independente de qual Reforma queremos, e discutir isso a fundo. A nossa Câmara parece que é protagonista nesse assunto, serve de referência para outras Câmaras no Brasil inteiro, e parece que chegou o momento de discutir isso a fundo.

Como falei no início, não é só mais uma das Reformas, acho que esta é a Reforma que o nosso Brasil precisa para mudar um sistema; não vai ser do dia para a noite, há toda uma cultura política, mas, com certeza, começa pela mudança, sendo que isso passa por uma coragem nossa. A gente sabe que, muitas vezes, isso prejudica os interesses de quem já tem as suas bases consolidadas, os seus financiadores privados, então me parece que está em jogo aqui pensarmos inclusive numa regra de transição. Não precisa valer agora, pode valer daqui a uns anos. Enfim, temos que discutir isso para o futuro do nosso Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento nº 061/13, de autoria da Ver.^a Jussara Cony. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 067/13, de autoria da Ver.^a Any Ortiz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 080/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 080/13. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 080/13. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 191/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 191/12. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM.**

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, na votação do Projeto que concede o Título de Cidadão ao Engenheiro Flávio Lúcio Scaf, a Ver.^a Lourdes Sprenger não conseguiu votar. Ela quer registrar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Registro o voto da Ver.^a Lourdes Sprenger.

Em votação o Requerimento nº 065/13. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 055/13. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

O SR. PEDRO RUAS: Meu caro Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste e nos visita, eu tenho muito orgulho em apresentar, junto com a Ver.^a Fernanda Melchionna, essa Moção de Repúdio, Ver. Rodrigo Maroni, em razão da possibilidade de a Câmara Municipal de Porto Alegre, uma Câmara modelo para todo o País, uma Câmara que, em 1884, quatro anos antes do Brasil, aboliu a escravatura por ato da Câmara Municipal, uma Câmara que foi a primeira do Brasil, em termos de capitais, a abolir o pagamento de sessões extraordinárias, em 1989, uma Câmara, e foi a única, que reintegrou Vereadores cassados pela ditadura militar – reintegrou Marcos Klassmann e Glênio Peres, em 1979 –; e ser a primeira a se manifestar oficialmente contra, Ver. Aírto Ferronato, a indicação do Deputado Marco Feliciano como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara Federal – eu espero que seja, não é uma disputa, mas eu espero que seja, pois seria motivo de orgulho. Para nós, as

pág. 24

declarações do Deputado Marco Feliciano são apenas um dos tópicos graves, mas um dos tópicos que levam a total desaprovação da sua indicação para uma Comissão dessa natureza, Ver.^a Séfora Mota. Disse o Deputado que na África havia seres de categoria inferior aos seres humanos. E disse mais: chamou a Aids de câncer *gay*, e disse que jamais poderia ser admitida qualquer tipo de união entre seres humanos do mesmo sexo. Mas o peito desse Deputado! O peito do Deputado não é apenas em colocar essas barbaridades que, por si só, já representam crimes como racismo, homofobia; o peito dele é porque há uma gravação audiovisual, que está sendo transmitida, Ver. Maroni, em todo o Brasil – eu assisti na televisão –, que mostra ele recebendo de um fiel da sua igreja um cartão de crédito, em que ele diz: “Só o cartão de crédito não adianta, tem que ter também a senha, senão Deus fica brabo”. Eu vi na televisão, não na Internet ou no Facebook, não; eu vi cenas na televisão! O Deputado é processado por estelionato, o famoso 171 do Código Penal, pois esse mesmo Deputado, Ver.^a Sofia Cavedon, processado por estelionato, esse mesmo Deputado que quis extorquir o cartão e a senha de um fiel de sua igreja, esse mesmo Deputado que diz que os africanos são seres humanos, Ver. Cecchim, de uma categoria inferior, que a Aids é o câncer *gay*, e que jamais poderia haver união de qualquer tipo entre seres humanos do mesmo sexo, pretende presidir, e está presidindo, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Mas que vá presidir outra! Que respeite o povo brasileiro! Mas que respeite o Congresso Nacional! Que respeite a sociedade do nosso País, Ver. Tarciso! Mas é um deboche esse Deputado presidir! Isso aí é um vexame internacional! Os jornais, rádios, televisões de todo mundo comentam o tema! Um Deputado declaradamente racista e homofóbico, além de estelionatário, preside a Comissão de Direitos Humanos e Minorias! Mas são tantas as Comissões que a Câmara Federal tem! Porque o Deputado, em função de acordos, tem que presidir exatamente essa Comissão! Nós, Vereadores e Vereadoras de Porto Alegre, temos a oportunidade única de marcarmos nossa presença no cenário nacional, demonstrando a posição de Porto Alegre ao Congresso Nacional – na Câmara Federal e no Senado Federal –, a todas as entidades que defendem minorias, que defendem direitos, que lutam pelo respeito aos direitos humanos, porque nós não podemos aceitar! Nós, Vereadores e Vereadoras de Porto Alegre, representando o conjunto da nossa população, não podemos aceitar que essa barbaridade aconteça em Brasília e que não haja uma posição expressa e objetiva desta Câmara com tanta história – já perto do

aniversário de Porto Alegre, dia 26 de março – e que para nós, repito, é motivo de orgulho. E neste momento, Vereadores e Vereadoras – eu não tenho dúvida –, é representar, com a honra que temos, a história de Porto Alegre, repudiando, nos manifestando sobre um tema tão importante para a sociedade, tão importante para a humanidade, porque o mundo discute essa questão de Brasília. E, neste momento, suponho que Porto Alegre será pioneira em manifestação oficial nesse sentido; pela aprovação do Requerimento. Muito obrigado, Presidente, Ver. Dr. Thiago.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, a Mesa acolheu, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Melchionna, imediatamente, quando lembrei que era importante que votássemos essa Moção nesta semana, em função de que há uma comoção nacional em relação a esse tema. Vejam, senhores, não é uma comoção partidária, antipartidária, ou de disputa de situação ou de oposição, mas mesmo o conjunto das Igrejas. Eu venho acrescentar à brilhante manifestação do Ver. Pedro Ruas, uma Moção que poderia surpreender a muitos, porque o Presidente atual da Comissão é um pastor, de origem das igrejas.

E nós temos uma Moção de Repúdio de 13 de março do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs contra o Dep. Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e de Minorias da Câmara; Conselho este, Ver. Nedel, formado pelas Igrejas Católica Apostólica Romana, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Sirian Ortodoxa de Antioquia e Presbiteriana Unida. Porque eu trago esta Moção de Repúdio? Vejam a unidade das Igrejas que têm limites, cada uma no seu credo, em relação à liberdade do ser humano, liberdade que tem por missão zelar pela Comissão de Direitos Humanos e de Minorias da Câmara. E vejam o que o Conselho das Igrejas Cristãs reunido entre os dias 8 a 10 de março, na cidade de São Paulo, em assembleia geral, por delegados e delegadas, decide e publica (Lê.): “1 – Considerando a importância da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados na implementação dos DHESCA’s (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e

Ambientais) em nosso país; 2 – Considerando a necessidade de que esta Comissão seja presidida por quem tem histórico de compromisso coerente com os DHESCA's; 3 – Considerando o corolário de nossa missão, à luz dos valores que a inspiram, e as manifestações de diversos segmentos da sociedade brasileira, expressamos nosso repúdio ao processo que levou à escolha do Deputado Marco Feliciano (PSC), o qual, por suas declarações públicas, verbais e escritas de conteúdo discriminatório, de cunho racista e preconceituoso contra minorias, pelas quais responde a processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal. Tal comportamento o descredencia para liderar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados e propugnamos por seu imediato afastamento. Pela ética na política! Por um Congresso Nacional transparente e com ficha limpa! Pela Reforma Política do Estado brasileiro na busca da ampliação da cidadania! São Paulo, 9 de março de 2013. Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil.”

Eu peguei exatamente uma manifestação que vem do lugar que tem um credo religioso, que é por adesão e que se dá o direito, questionável por mim e por muitos, de estabelecer restrições em relação a comportamentos. Desse lugar vem o repúdio, Ver.^a Fernanda – talvez do lugar mais improvável – a essa presidência, Ver. Cecchim. Portanto, que esta Casa seja protagonista, que seja vanguarda, que indique ao Congresso que não concorda e que retire essa presidência – nós, os Parlamentares, os Parlamentos, os guardiões da Constituição e, portanto, dos direitos de toda pessoa humana.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Sofia.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós, do PSOL, propusemos esta Moção porque é fundamental que o Parlamento se posicione. O silêncio, em situações extremadas, Ver. Tarciso Flecha Negra, é a conivência, e nós estamos vendo uma verdadeira vergonha nacional e um ataque aos direitos humanos fundamentais, querido colega Ver. Pedro Ruas.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias é uma Comissão estratégica para tratar de pautas que combatam a discriminação de gênero, a homofobia, o racismo, uma Comissão fundamental para buscar políticas públicas que visem à igualdade, ao combate à intolerância e ao ódio, que geram dados alarmantes no nosso País. A cada 24 horas um homossexual é assassinado no Brasil. A cada 24 horas! E o Delegado Paulo Jardim – já li uma entrevista dele –, que cuida desses casos de grupos neonazistas, inclusive atuou no caso do jovem esfaqueado por um grupo neonazista na semana passada, uma tragédia – a delegacia atua muito nessa área – já falou várias vezes que o aumento do número de assassinatos de homossexuais se dá pela falta de legislação que torne crime inafiançável, como é o caso do crime de racismo no Brasil. Vocês sabem que esses grupos intolerantes se calcam na intolerância sexual, na intolerância racial e na intolerância de gênero. Então, foram trazidas pelo Ver. Pedro Ruas as declarações intolerantes e homofóbicas do Dep. Marcos Feliciano. Eu acho – opinião minha – que ele deveria estar respondendo, Ver. Pedro Ruas, pelo crime de racismo. O Movimento Negro, no Brasil, conquistou a inclusão no Código Penal racismo como crime inafiançável. É uma conquista histórica de um movimento organizado para combater séculos de racismo no nosso País. E as declarações dadas pelo Marcos Feliciano são claramente racistas. Então, independente da luta para que ele seja afastado imediatamente dessa Comissão, penso que deveria estar respondendo pelo crime de racismo.

As afirmações homofóbicas em relação à Aids, as declarações machistas com relação às mulheres – tenho certeza de que a Ver.^a Jussara Cony vai-nos trazer esses elementos – mostram a importância fundamental de esta Câmara se posicionar. Nós tivemos mobilizações em todo o País na semana passada; praças lotadas em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em várias outras capitais, de movimentos sociais e populares exigindo o afastamento de Marcos Feliciano; de movimentos levantando essas questões trazidas na nossa Moção; igrejas, como foi trazido aqui pela Ver.^a Sofia Cavedon, dizendo que a postura do Marcos Feliciano é uma afronta aos direitos humanos fundamentais. E nós, nossa Comissão de Direitos Humanos, Ver. Mario Fraga, tivemos ampla maioria numa nota de repúdio da Comissão de Direitos Humanos desta Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que mostra que importância que a nossa Comissão dá a essa questão. Por isso, acho que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre pode dar o exemplo para o Brasil, Ver. Pedro Ruas, aprovando uma Moção, repudiando a

presidência do Marcos Feliciano, exigindo o seu afastamento e garantindo que uma Comissão tão estratégica reponha o seu “c” – “c” de Comissão de Direitos Humanos, porque enquanto esse cidadão estiver à sua frente, o “c” está fora, é omissão de direitos humanos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Quero cumprimentar o Ver. Pedro Ruas e a Ver.^a Fernanda Melchionna. Falo como Vereador e como negro: é lamentável a presença desse homem na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Pedro Ruas, acho que esse tipo de encaminhamento já deveria ser feito com as algemas nas mãos para esse Deputado, porque não é possível que, num momento em que se tenta fazer a paz, em que se prega a igualdade, em que se tenta recuperar os pobres contra a pobreza absoluta, se tenha uma atitude racista, homofóbica e desqualificada como essa. Independente de Partido político, acho que isso não é uma questão ideológica partidária, isso se trata de alma humana, de pessoas que respeitam o seu semelhante. Para aqueles que querem levar para o lado político, eu diria que precisamos somar mais um cidadão – esse não pode fazer parte da Comissão de Direitos Humanos de jeito nenhum –, o outro cidadão que está condenado pelo Supremo Tribunal Federal se chama José Genoíno e jamais poderia fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso. Acho que poderíamos aproveitar para fazer essas duas coisas. Sobre esse presidente da Comissão de Direitos Humanos já não dá nem para falar mais, até me nego a continuar a conversar sobre esse cidadão. E quero dizer que não é possível ter um condenado pelo Supremo, fazendo parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, como é o caso do Deputado José Genoíno.

Então, o meu repúdio e me somo a essa Moção de Repúdio, mas quero fazer da tribuna. Se não for por escrito, quero deixar bem claro aqui o meu repúdio a um condenado do

Supremo Tribunal Federal fazer parte da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, se numa Comissão importante como essa – a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal – colocarem uma pessoa com preconceito, que acha que o Ver. Tarciso e o Ver. Cleiton são portadores de males para o mundo... O que é que ele acha dos gordos, então? Pelo amor de Deus! Que gordo tem que pagar duas passagens de avião, que gordo tem que pagar uma cama maior, uma roupa maior? Eu acho um absurdo uma pessoa, em pleno século XXI, expor esses pensamentos preconceituosos que vão de encontro a tudo que a humanidade está procurando: as pessoas viverem em harmonia, respeitando as diferenças de cor, credo, opção sexual ou qualquer diferença.

Então, eu acho que, no Congresso Nacional, ter uma pessoa dessas presidindo a Comissão de Direitos Humanos – já falei nesta Casa – é como termos o ex-goleiro do Flamengo presidindo uma comissão de defesa das mulheres. É um absurdo isso! Então, eu acho que essa Moção do Ver. Ruas é necessária para esta Casa se posicionar contra o preconceito, contra a discriminação racial, de credo e opção sexual.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13, pelo Governo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Thiago Duarte; Ver.^a Any; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; minha colega Ver.^a Lourdes, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Líder do Governo, Ver. Aírto Ferronato, a generosidade da cedência do tempo para que eu pudesse ter a possibilidade de compartilhar também a minha opinião junto aos colegas e, especialmente, Ver.^a Jussara Cony, em relação a este tema.

Quero dizer que compartilho o mesmo sentimento, a mesma opinião, a mesma posição, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Melchionna. Quero dizer que fui brindado por esta Câmara, num momento passado, quando aprovamos aqui uma Lei que tem algum paralelo com isso, que é a Lei do ensino do holocausto nas escolas, uma lei que, acima de tudo, se dirige aos direitos humanos, porque nós tivemos, no holocausto, um episódio sem paralelo na história da humanidade em relação ao desrespeito à vida, ao que é mais sagrado, à individualidade, à própria essência, ao direito de ser diferente. Aquele regime, todos nós sabemos, eliminou pessoas que tinham algum tipo de deficiência física ou mental, porque não serviam ao estereótipo do nazismo; eliminou homossexuais, eliminou inimigos políticos. Tudo a partir de quê? A partir de uma visão preconceituosa, a partir da criação de um estereótipo de um homem ou de uma mulher ideal, querendo, a partir disso, impor aquele modelo, mas impor, Ver. Kopittke, à força, e, a partir dessa imposição, criando na história da humanidade uma mancha que, volto a dizer, não tem paralelo, que é essa do extermínio, num primeiro momento – e todos eles são, obviamente, bárbaros –, a balas, um extermínio por asfixia em traseiras de caminhões, em baús de caminhões e, logo em seguida, para o extermínio nas câmaras de gás.

Mas eu trago somente a memória disso, Ver. Ferronato, nosso Líder, porque esta Câmara já manifestou o seu repúdio e já disse que Porto Alegre quer, Ver. Brum, que as suas crianças tenham uma formação plural, para que nós compreendamos que o ser humano, independentemente de conformação física ou do que quer que seja, acima de tudo, ele representa, na sua essência – e aí, talvez, a perversão da fala do Presidente da Comissão – a própria divindade e, portanto, tem o direito e a legitimidade de aspirar àquilo que é mais sagrado, que é a própria vida na sua plenitude.

Portanto, é um absurdo nós dizermos que alguém pode mais ou pode menos, ou fazemos algum senso de juízo com relação a aspecto físico: “Ah, eu não gosto do Valter, porque ele usa gel no cabelo; eu não gosto do fulano, porque ele usa barba; eu não gosto do beltrano, porque ele é gordo; eu não gosto do beltrano, porque ele é magro”.

Eu, como ser humano e como político, deploro, Ver.^a Lurdes e meus colegas Vereadores, qualquer tipo de afirmação, de concepção e o que quer que seja que traga embutido esse tipo de preconceito.

Portanto, eu acho que é mais do que oportuno, é necessário, Ver. Villela, que numa Casa como a nossa, que vive exatamente a partir da democracia e da possibilidade de todos

serem iguais e, a partir dessa igualdade exercerem o seu direito a voto, Ver.^a Jussara Cony, é importante e fundamental – a cada vez que se levanta uma voz de preconceito, uma voz de ódio, uma voz que nos relembra tudo o que nós queremos evitar e queremos nos vacinar – que nós nos unamos e, em única e uma só voz, digamos: “Não! Nunca mais! Nós não aceitaremos”.

Portanto, eu quero dizer que tenho certeza de que a minha Bancada do PMDB – já foi dito aqui pelo nosso Líder –, tenho certeza também de que o nosso Governo, todos nós votaremos pela aprovação do Requerimento de Moção. Muito obrigado. Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mario Manfro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero chamar a atenção, antes de mais nada, a partir da primeira frase do Ver. Pedro Ruas: “Esta Câmara é a primeira Câmara que poderá estar – e é – manifestando oficialmente uma indicação contra a eleição desse Deputado.

Então, eu vou ligar, no dia de hoje, com o que acabo de receber da Câmara Federal. Foi criada a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, que será presidida pelo Deputado Jean Wyllys, do PSOL, e eu quero ler aqui o que a nossa Deputada Manuela d’Ávila, que foi ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, colocou, e que eu acho muito importante. Essa Frente vai funcionar paralela à Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista exatamente o repúdio e a movimentação da sociedade. Aqui, nós temos que reconhecer a importância da sociedade influenciando dentro de um parlamento, que é a sociedade que nos elegeu e contra qualquer manifestação, qualquer ato contra os direitos humanos.

A Manuela diz que não é fácil criar um espaço paralelo de atuação numa Casa legislativa, porque ela segue regras. Para nós que não nos rendemos à política fácil de criticar o Parlamento, isso é muito difícil – e estou reproduzindo as palavras da Manuela, que são minhas também –, é dolorido, porque reconhecemos que tivemos uma derrota – que é a

eleição do Deputado –, mas é um dia de comemoração também, porque houve reação gigantesca da sociedade. E essa Frente, tenho certeza, até pela sua composição, vai atuar exatamente, ou melhor, já assumiu o compromisso de ampliar espaços de debates com toda a sociedade e movimentos sociais, e com parcerias em defesa intransigente dos direitos humanos, dos princípios da ética e da democracia. É o que faremos agora ao aprovarmos por unanimidade este Requerimento. Porque é inadmissível, e eu tenho, aqui, a última declaração do Deputado Marco Feliciano que diz que os direitos das mulheres atingem a família, contrariamente, ele critica as reivindicações do Movimento Feminista, da história das mulheres deste País e afirma ser contra as suas lutas, porque conduzem a uma sociedade predominante homossexual. Aqui, ele já está atingindo duas vezes os direitos humanos, no mínimo, as mulheres e o direito à livre orientação sexual que as pessoas possam viver, homens e mulheres, a sua sexualidade, o seu amor, de acordo com a sua orientação. Isso é inadmissível. E continua dizendo que, quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há duas maneiras: ou que ela não se case ou que viva com outra mulher!

Olhem a cabeça, a capacidade de articulação fora de qualquer contexto da humanidade, Ver. Tarciso, desse homem. Eu vou dar o meu depoimento aqui: eu sou heterossexual, sou uma mulher de 70 anos, trabalho desde os 14 anos, me casei três vezes, tive filhos dos dois primeiros casamentos, criei dois enteados meus e continuo com a minha orientação sexual, que é ser heterossexual. Trabalhando, estudando, criando filhos; pelo contrário, a maternidade, que não é reconhecida pela sociedade de um homem como esse, para essa gente, somos reprodutoras e mantenedoras da força de trabalho. A sexualidade das mulheres, os direitos das mulheres não existem; a mesma sociedade que não reconhece a função social da maternidade, só nós mulheres sabemos o significado de criar filho, de trabalhar, de ser chefe de família e de lutar pelos nossos direitos. Esse homem é uma afronta aos direitos das mulheres, ele não pode estar lá. Eu acho que, nesta Frente, nós vamos nos somar com a nossa Frente aqui. Acho que nós temos que conversar com a Uvergs, com a UVB, levar para todas as câmaras municipais essa iniciativa, porque ele atacou o Brasil, porque o Brasil é formado por três grandes raças, a nossa diversidade: o negro, o branco e o indígena. Ele atacou os negros, atacou os direitos da mulher, o direito à livre orientação sexual, os direitos humanos! Então, eu

pág. 33

estou indignada porque nós temos milhares de exemplos de mulheres e de homens que têm o direito à liberdade e à sua orientação sexual e que não deixam de ser seres humanos que trabalham e que lutam. Então, como é que esse homem tem a coragem, a capacidade de dizer isso para nós, mulheres? Isso é ferir os direitos humanos em toda a sua essência. Se pegar uma mulher negra, por exemplo, mãe, que pode ter tido outra orientação sexual, trabalhadora; essa mulher negra para ele não é um ser humano, e é a mulher mais atingida por esse tipo de repressão aos direitos humanos.

Então, acho, Vereador, que a emoção, a indignação... Acho que a Sofia fez muito bem em trazer aqui as igrejas cristãs do Brasil. É gente que trabalha, que tem as pastorais, que atua na questão das plantas medicinais, são pessoas de todas as religiões. O Brasil inteiro está indignado. E eu acho que com essa Frente nós vamos percorrer o Brasil, Vereador. Acho que temos que ter essa articulação e nos juntar à Frente Parlamentar Nacional. Não podemos admitir, isso é retrocesso na política brasileira.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Waldir Canal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13.

O SR. WALDIR CANAL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna encaminhar a matéria, e não gostaria de entrar na questão de uma disputa entre religiosos e não religiosos, até porque estou aqui numa função como representante do povo de Porto Alegre, de uma maneira geral. Desde já quero encaminhar que sou contrário à Moção porque não podemos entrar, no meu entendimento, na questão de um extremismo sobre minorias. Minorias quer dizer menor entre duas partes, é a parte menor. A discriminação muitas vezes acontece entre as próprias minorias. Eu não estou aqui para aprovar ou reprovar o referido Deputado, mas também sou obrigado a dizer que existe uma representação evangélica ali, cujo povo evangélico também representa uma minoria defendida por esta Comissão de Direitos Humanos. São minorias discriminadas também, ofendidas também. Não vou votar com esta Moção de Repúdio porque acaba suscitando o extremismo e uma guerra que não vai levar a lugar nenhum. Quem quer respeito, tem que respeitar. Se por um lado há extremismo na fala do Deputado, que também já reconheceu, já deu suas explicações... Ao que me consta ele se explicou. Ao

que me consta também existe extremismo por parte dessas próprias minorias em alguns momentos. Então, venho aqui, com a maior tranquilidade, encaminhar contrariamente com fundamento nessa posição: sou contrário aos extremismos. Acho que as minorias não podem brigar entre si; as minorias têm que respeitar a luta de cada um, porque as minorias têm sido sufocadas durante séculos. Agora, se agirmos dessa maneira, estaremos reconhecendo uma minoria e desconhecendo uma outra.

Então, o meu encaminhamento, o meu voto é contrário a essa posição extremista que pode levar a um acirramento, o que já tem acontecido. E isso não leva a lugar nenhum. Cada um tem de ter suas posições bem marcadas e respeitadas, pois, ao final, as lutas das minorias são nesse sentido: o reconhecimento de suas lutas e de suas necessidades. Se há uma luta pela liberdade da orientação religiosa, há também uma luta contra a discriminação dos evangélicos, que, por qualquer coisinha, são discriminados. Há uma discriminação, e eles também sofrem por essa discriminação. Então, encaminho dessa maneira, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar o Requerimento nº 055/13.

O SR. ALCEU BRASINHA:, Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro, Senhores Vereadores, primeiramente, quero fazer um agradecimento especial, porque, neste ano, ganhei os melhores presentes da minha vida. O Pastor Noé me deu, hoje, uma Bíblia de presente. Isso demonstra que Deus é para todos, não é de um só, e está sempre nos ouvindo e nos abençoando. Gostaria de agradecer ao Ver. Sabino, que também me deu uma Bíblia. Tenho duas Bíblias e, se Deus quiser, quero ler toda a Bíblia. Sou, desde criança, batizado na Igreja Evangélica, sou pouco praticante, mas confio muito em Deus e em todas as religiões. Então, que Deus abençoe todos Vereadores! Mas também quero falar a respeito dessa Moção. Eu acho, Ver. Villela, que não pode um Deputado Federal fazer o nosso País passar por uma vergonha dessas! Expor o seu preconceito dessa maneira, Ver.^a Fernanda Melchionna! Será que esse Deputado não tem a dimensão do que ele representa como Deputado Federal, ainda mais ao fazer uma bobagem dessas? Eu quero dizer para o Ver. Waldir Canal – Vereador que admiro –, que serei favorável a esta Moção

do Ver. Pedro Ruas, porque, realmente, acho que foi uma falta de respeito com o Brasil, com o mundo. Um cidadão que dá uma demonstração do tamanho do seu preconceito, nos dias de hoje, não é possível. Então, quero agradecer os senhores e dizer que votarei, com convicção, assim como o meu Partido, o PTB, porque, realmente, o Brasil não gosta dessas coisas de preconceito. E quando existe preconceito, temos que falar, temos que combater, porque isso não é justo. Votaremos contra esse Deputado, a quem assisti em algumas imagens, que discursa usando a palavra de Deus – mais errado ainda ele ficou ao justificar esse preconceito. O dia que ele vier a Porto Alegre, se ele vier para cá, eu quero dizer-lhe que é *persona* não bem-vinda a Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Pedro Ruas Está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 055/13, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na verdade, esse encaminhamento tem mais um caráter de resposta ao que coloca o Ver. Waldir Canal. Porque, Ver. Waldir Canal, essa argumentação de V. Exa. – e o direito de V. Exa. argumentar é inquestionável –, o seu conteúdo, dá sustentação às piores práticas da história da humanidade. Eu nem vou falar da escravidão, mas os que combatiam a escravidão tinham esse discurso. Os que sustentavam a escravidão – Ver.^a Fernanda Melchionna, em nome de quem também falo neste momento, aliás, a Ver.^a Jussara Cony também é da oposição, assim com as Vereadoras e os Vereadores do PT – , tinham esse discurso, de que a discriminação vinha do lado de lá. Eu espero, Ver. Waldir Canal, que nunca os evangélicos sejam objeto do preconceito que os *gays*, os homossexuais, que os negros, foram ao longo da história, mas se forem, V. Exa. terá, na minha palavra e na de diversos outros Parlamentares, homens e mulheres desta Casa e de todo o Brasil, uma voz firme para defendê-los. E nunca confunda, Vereador, o fato de que pessoas humilhadas, massacradas, espezinhadas, mortas, assassinadas, porque pensavam diferente, possam, de alguma maneira, representar uma ameaça, entre aspas, à minoria que são os evangélicos. Os evangélicos jamais sofreram isso, não devem sofrer, e nós lutaremos para que não sofram. Mas V. Exa. diz conhecer o que é o racismo, o que é o sofrimento dos homossexuais, o que é a discriminação, para sustentar a

posição de um sujeito que, mesmo que não dissesse nada disso, é um estelionatário, Vereador! É um estelionatário! É um ladrão! Ele pegou, eu vi na televisão, um cartão de crédito, e disse que se o fiel não desse a senha, Deus ficaria brabo. O que é isso? Mas que falta de respeito com o nosso País! E ainda tem a cara de pau de querer presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal! É inacreditável, Ver. Tarciso! Para todos nós é um deboche. Os que sofreram, o sangue que já verteu dessas pessoas discriminadas, o sofrimento que ainda existe. Agora, neste momento, a cada 24 horas, um homossexual é assassinado no Brasil por ser homossexual. Quantas décadas, quantos séculos, negras e negros sofreram por serem negros, somente por isso, por terem a cor da pele escura. E esta comissão é um avanço, esta Comissão, ao longo da História do Brasil, ela é, sim, baluarte das melhores lutas, e Porto Alegre vai se integrar porque será a primeira Capital do Brasil a se manifestar, oficialmente, contra essa barbaridade que é a indicação desse Pastor. Eu respeito a opinião de V. Exa.; respeito todas, mas quanto ao mérito, como Líder da Oposição na Casa, sinto-me no dever de fazer constar aqui a nossa contrariedade, a nossa resposta, a nossa contestação, porque nós não achamos possível que esse discurso discriminatório fique sendo, de alguma maneira, parte do pensamento da Casa que representa o povo de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Não há mais quem queira encaminhar. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Waldir Canal, o Requerimento nº 055/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

(16h39min) Está encerrada a Ordem do Dia.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Ver. Mario Manfro, que preside os trabalhos neste momento, eu falei com o Ver. Dr. Thiago, durante a Ordem do Dia, e com vários Vereadores, não todos – com o Ver. Delegado Cleiton, Presidente da CUTHAB; algumas outras Bancadas, inclusive do Governo e de oposição –, em relação ao recebimento de uma denúncia, na tarde de hoje, que posso ler muito rapidamente, realizada pelos moradores do bairro Santa Teresa, na figura do Sr. Onir de Araújo, seu advogado, que hoje está aqui, de cinco famílias que estão com ordem de desapropriação,

pág. 37

residentes no sítio na Rua Santa Cruz, 226. São cerca de 5 famílias, 30 moradores. Essa comunidade, para simplificar, pediu que a Câmara fizesse um requerimento de dilação de prazo para a Justiça, para que nós pudéssemos, na Comissão de Direitos Humanos e na CUTHAB, fazer uma mediação com o Governo, com os moradores, e garantir o direito de moradia digna a todos. Então, requeiro a V. Exa. no sentido de que pudéssemos fazer, em conjunto, nesta Câmara, essa Moção, para que o direito à mediação seja garantido para essas cinco famílias.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Na condição de 1º Secretário, gostaria de passar essa incumbência ao Presidente da Câmara, para que ele, de pronto, resolva. Infelizmente, não me foi passado absolutamente nada, Ver.^a Fernanda, e, repito, que na condição de 1º Secretário eu não gostaria tomar a dianteira sem falar com o Presidente da Casa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver. Mario Manfro, rapidamente, eu insisto, inclusive se pudéssemos fazer uma ligação agora, porque lamentavelmente a ordem de despejo é para o dia 26 de março, terça-feira, e as famílias sequer foram notificadas judicialmente, não houve essa mediação. Acho que a gente poderia fazer uma ligação e ver, porque para ter valor de toda a Câmara, tem que ser aprovado em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Eu gostaria que a Vereadora formalizasse esse pedido. De antemão, peço a ajuda e a compreensão dos Líderes, principalmente do Líder do Governo, Ver. Ferronato, para que possamos, em conjunto, atender ao seu pedido.

O SR. AIRTO FERRONATO: Presidente, damos acordo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Eu gostaria de chamar todos os Líderes à Mesa para debatermos o assunto.

O SR. ALCEU BRASINHA: Presidente, eu queria sugerir que o Presidente da CUTHAB, Delegado Cleiton, também participasse do debate.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Sim, as Lideranças e todos os que se interessarem. (Pausa.)

Consulto os Líderes para saber se chegaram a um acordo; se há unanimidade. (Pausa.)

Aprego o Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que esta Casa encaminhe um documento à 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central requerendo a prorrogação do prazo de despejo das famílias que residem na Rua Santa Cruz, nº 226.

Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro; eu quero fazer um registro ao nosso Plenário, aos telespectadores e ao Presidente da Casa; na minha manifestação numa Comunicação de Líder, pela oposição, aqui transcrita, fica muito claro que esta Vereadora fez uma crítica à impossibilidade que a maioria, que a base do Governo criou para flexibilizar a nossa Resolução sobre o tema da participação em audiências públicas. Em nenhum momento esta Vereadora fez crítica ao Presidente, e, sim, à impossibilidade estabelecida pela maioria. Ao lado, está a fala do Presidente, que entende como uma crítica a ele e que critica esta Vereadora dizendo que esta Vereadora não conhece a Resolução. Eu conheço! Na verdade, foi uma interpretação do Vereador-Presidente. Quero deixar com V. Exa. a minha manifestação por escrito para que seja entregue ao Presidente, Dr. Thiago, a fim de que fique muito claro que o que esta Vereadora reivindica é uma prática de flexibilidade que tínhamos anteriormente, inclusive possibilitando ao Presidente da Casa contornar situações agudas de uma forma mais flexível.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Está feito o registro; agradecemos à Ver.^a Sofia Cavedon.

A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa-tarde, Presidente Mario Manfro, Vereadores e Vereadoras; é com muita tristeza que eu venho aqui falar sobre um tema que todos vocês acompanharam – depois da votação da Moção de Solidariedade, que eu não pude encaminhar: a morte de Lauane, que faleceu tragicamente por conta de um assalto ao carro em que estavam ela e o namorado. Todos nós somos reféns desses bandidos. Eu estava fazendo uma pesquisa no *site* da Câmara... e, exatamente há seis anos, em 2007, com 22 anos – a mesma idade dessa menina que morreu agora nesse assalto –, faleceu uma amiga minha, a Cristiana Cupini. Inclusive, na época, teve uma Audiência Pública aqui, da qual o Ver. Eng^o Comassetto, o Ver. Professor Garcia, a Ver.^a Sofia, o Ver. Nedel, o Ver. Brasinha participaram, para tratar de assaltos e mortes. A Kuki morreu com 22 anos, de uma maneira muito estúpida; acabou mais uma vida, mais uma história. Todos nós somos reféns, até dentro da minha família já aconteceu – eu não gosto de usá-la muito como exemplo –, e acredito que todos vocês tenham muitos exemplos para falar, como o do meu irmão, que, por quatro vezes foi assaltado à mão armada e foi levado o seu veículo ou a sua moto, sendo que uma das vezes foi ao meio-dia, em frente à Universidade. Quando acontece isso, a gente pensa que somos sobreviventes: sobrevivemos à ação desses bandidos que estão livres, soltos e cada dia mais assassinando as pessoas – mulheres, homens ou os homossexuais, como falou meu colega Vereador.

Saiu hoje uma matéria, no jornal, que Porto Alegre tem a taxa de morte por assassinato maior do que a de Bogotá, na Colômbia, que é considerada uma das capitais mais violentas da América Latina. É um absurdo que existam, em cada cem mil habitantes, 32 assassinatos.

Quero que essa Moção sirva para que o Governo do Estado cumpra – como eu leio aqui uma resposta a essa alta de assassinatos, do Secretário de Segurança Pública, Airton Michels – o que anunciou: o incremento de 2.500 novos policiais militares para patrulharem as ruas de Porto Alegre. Quero dizer para o Secretário que nós vamos cobrar, aqui nesta Casa, que seja feito esse policiamento, que esses bandidos realmente fiquem na cadeia; que não façam só sua ficha e os deixem voltar para as ruas para roubar, para tirar a vida dos nossos familiares, amigos e conhecidos.

Hoje mesmo o Delegado Juliano Ferreira, que é da Delegacia de Furtos e Roubos, me informou por telefone que ocorrem de 30 a 40 roubos – não furtos, só roubos – de

veículos em Porto Alegre por dia. Esses roubos acontecem principalmente na Zona Norte e Leste da Cidade, entre as 18 e 24 horas. Isso é um absurdo, e a gente não pode deixar que isso continue. O policiamento tem que aumentar. Há sete anos, a Cristiana Cupini, de 22 anos, morreu; agora, em 2013, a Lauane, também com 22 anos, morreu, e nada se fez. Já se passaram sete anos, entre uma morte brutal e outra. Muitas outras pessoas jovens morreram, e nada foi feito, tanto é que se vê nos jornais mais uma morte estúpida. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público nas galerias, venho usar este Tempo de Liderança para falar do tema que a Ver.^a Any traz à Casa novamente e que este Vereador já havia abordado, infelizmente, naquele momento do falecimento da Lauane, quando pedimos um minuto de silêncio para homenageá-la, juntamente com a Secretária Márcia Santana. A tragédia da Lauane aconteceu à noite, e a da Márcia na manhã seguinte.

Então, venho dar os parabéns à Ver.^a Any e dizer que estivemos lá no velório e no enterro da Lauane, porque somos muito amigos dos pais da Lauane, a Eloá e o Alexandre. O Alexandre vinha sempre vivendo em função do Grêmio, Ver. Brasinha; é um frequentador assíduo do Estádio Olímpico. E hoje ele anda lá – nós temos outros amigos em comum, entre eles o Diretor Consular do Grêmio, o Roger Foresta, que me apresentou o Alexandre e a Eloá.

Eu tenho três filhos jovens, Ver.^a Any, o mais velho com 31 anos e o mais novo com 23. Eles vivem na rua e vivem na rua à noite. Quando chega a quinta-feira, a sexta e o sábado, eu fico preocupadíssimo com o que vai acontecer, se eu vou conseguir passar mais um fim de semana sem que aconteça mais uma tragédia com os meus filhos, porque eu sou um leitor assíduo, Delegado Cleiton, dos jornais, e quem lê os jornais, observa que qualquer jornal, hoje em dia, traz uma tragédia na segunda-feira.

Então, venho aqui, mais uma vez, dar os parabéns, por esse Requerimento da Ver.^a Any, o qual estou assinando neste momento, uma Moção de Solidariedade a essas famílias e a

todas as famílias envolvidas em tragédias. E a Vereadora também lembra, todos os Vereadores, que na segunda-feira eu falei que já não adianta mais fazermos apelos à Secretaria de Segurança Pública. Hoje, presidente Mario Manfro, faz-se, como eu fiz aqui na segunda-feira, um apelo aos ladrões. E V. Exa., que conhece tão bem aquela região da Volta do Guerino, ali não passa um dia em que não seja levado um carro ou que uma pessoa não seja assaltada. Naquela região, em especial, mas também na região do bairro Moinhos de Vento, na Rua Pe. Chagas, há ruas ali, Ver. Paulo Brum, em que todo dia roubam carros. Eu não sei como é que a Segurança Pública não vai atrás. O jornal Zero Hora – e a própria Ver.^a Any Ortiz trouxe aqui o levantamento – sabe o que e onde acontece. O jornal Zero Hora faz o levantamento de um dia para outro. Se acontecer uma tragédia hoje na Rua Gonçalo de Carvalho, amanhã a Zero Hora traz os dados: ali roubam um carro a cada oito horas, ali assaltam uma pessoa a cada 20 horas. Esses levantamentos todos saem da Secretaria de Segurança Pública. Mas, infelizmente, não temos mais conseguido ações junto à Secretaria de Segurança, não sei se é pela bandidagem que está. Por isso, volto a esta tribuna, para fazer um apelo aos ladrões: não tirem mais vidas, como tiraram a da Lauane. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Meu Líder, Ver. Idenir Cecchim; Ver.^a Lourdes, minha companheira; eu, estive fora alguns dias, em licença, mas acompanhava pelas redes sociais os movimentos da Câmara Municipal. E não sem surpresa eu vi a Audiência Pública de há alguns dias aqui. Audiência pública que, como tantas outras, acaba se notabilizando por uma espécie de diálogo de surdos. É porque nós já sabemos que as partes vêm para cá, cada uma, com as suas visões preconcebidas e com absoluta indisposição de transigir, de aceitar os argumentos da outra parte, de concordar, ou mesmo de tentar produzir algum consenso. De tal forma que – e esta não é a primeira, e nós que já somos Vereadores, eu de segunda legislatura, já tenho essas experiências – vejo – Ver. Mario Manfro, no exercício da presidência, meu caro amigo – que infelizmente essas ocasiões produzem muito mais calor do que luz, há uma fricção muito grande. Ver.

Nilo, eu quero fazer uma homenagem – estava aqui, lembra de tantas audiências públicas que nós aqui vivenciamos também... Nós não conseguimos, Ver. Paulinho Motorista, chegar a um consenso. Mas o que me chama a atenção é que naquele mesmo dia, e, mais uma vez, Ver. Cláudio Janta e Ver. Delegado Cleiton – e esta é a área do Delegado Cleiton – as páginas policiais dos nossos jornais davam conta de um sem-número de vítimas da violência que grassa dia a dia na nossa Cidade. Não há um de nós que não tenha a relatar uma experiência de violência na sua família, no seu patrimônio, nas pessoas que lhe são próximas; enfim, não há uma pessoa na nossa sociedade que não consiga ter, infelizmente, tragicamente, uma história a relatar.

É verdade que este problema não é de hoje, é verdade que este problema também tem razões sociais históricas, mas tudo isso não retira, por outro lado, a exigência, o dever, a necessidade, Ver. Márcio Bins Ely, do agente público, especialmente do Governo do Estado, de tomar as medidas que lhe são facultadas para que proteja a sociedade que está absolutamente desprotegida. Quais são os meios que a Polícia Civil dispõe hoje para o enfrentamento da criminalidade? Eu, que sou advogado, que militei com meu pai durante muito tempo na advocacia criminal, inclusive, posso dizer: quase que nenhum. Quais são os meios que a Brigada Militar, que tem por atribuição constitucional fazer o policiamento ostensivo; portanto, a tarefa da Brigada é estar na rua, é se fazer presente com aquilo que se chama efeito dissuasório, tem que constranger a criminalidade. Onde está a Brigada? Não é por culpa da Brigada, porque a Brigada na verdade é heroica, assim como o é a Polícia Civil. É porque não se dá nem à Brigada Militar, nem à Polícia Civil os meios necessários para que executem as suas tarefas e as suas missões. A realidade prisional do nosso Estado – mas que vergonha! –, em pleno século XXI, nós termos as Nações Unidas apontando esse verdadeiro calabouço medieval que é o nosso Presídio Central. Para além de tudo isso que todos nós sabemos, a pergunta que se faz é a seguinte: o que foi feito? Mais do que isso, o que está sendo feito? Nós sentimos isso no nosso dia a dia, Ver. Delegado Cleiton. Nós vemos que está sendo equipada a polícia? Nós olhamos para o IGP e enxergamos alguma coisa? A polícia técnica, a perícia têm meios, tem condições? E nós, Ver.^a Any – eu estou falando aqui na esteira da sua fala – verificamos que absolutamente não!

Eu pensava: as árvores são sagradas, sim, mas será que a vida das pessoas também não é sagrada? Se derrubam três, quatro árvores e nós conseguimos encher esta

Câmara, como é que nós não temos uma multidão na frente do Palácio Piratini pedindo para o Governador do Estado “pelo amor de Deus, ponha a polícia na rua”? Onde é que está a nossa sociedade? E é isso que eu aqui estou clamando em nome do meu Partido. E acho que, se a resposta vier – e deve vir –, será no ano que vem, porque a população do Rio Grande do Sul há de responder essa inépcia, essa inação e essa incompetência que, todos os dias, vitima famílias, vidas e esperanças de porto-alegrenses e gaúchos, que são vítimas permanentes da violência, da falta de policiamento, da falta de planejamento e da inação, da incompetência e da inépcia do Governo do Estado!

Que venha rápido a resposta! Eu tenho certeza de que a sociedade, mesmo que não se manifeste, que não tenha essa capacidade de se arregimentar como fazem os movimentos ecológicos por algumas árvores – e eu sei que árvores valem, mas eu sei que uma vida humana vale muito mais –, então, eu espero e rogo... É como aquilo que disse a Ver.^a Any, não é uma vida somente, são milhares de vidas todos os dias! Não são só latrocínios, não são só assaltos, são outros traumas que ficam, e isso só poderá ser enfrentado se houver uma política efetiva, eficaz e verdadeira de segurança, não isso que nós estamos vislumbrando aí! Portanto, que a população responda, e responda da única forma e com a única arma que nós temos: a arma da cidadania que é o voto, dizendo ao governante que é inepto, que é insensível, que não dá mais, que nós não aguentamos mais, que nós queremos alguém que enfrente esse problema, que enfrente a criminalidade, que enfrente a bandidagem, que aparelhe as nossas polícias e que, acima de tudo, resguarde a vida das pessoas de bem! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Passamos à

PAUTA

O Ver. Eng.^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Manfro, no exercício dos trabalhos; colegas Vereadores, venho neste período de Pauta para comentar um Projeto que, na verdade, é o Substitutivo apresentado pelo Ver. Bernardino Vendruscolo. Substitutivo é

um projeto do Governo, do qual eu já havia vindo a esta tribuna dizer que é, no meu ponto de vista, um bom projeto para Porto Alegre, que é um projeto que propõe a reestruturação dos edifícios inacabados dos prédios residenciais e/ou comerciais que estão abandonados no centro da Cidade. E o Governo listou um conjunto de locais que deveriam ser reestruturados para ali morar pessoas.

O Vereador que me antecedeu aqui em Tempo de Liderança, fez um discurso já de campanha eleitoral, acalorado, contra o meu Governador, mas ali está o Ver. Cleiton, que sabe que não houve nenhum governo do Estado, nos últimos tempos, que tratou, por exemplo, a reposição salarial dos policiais como fez este Governo. E este Projeto tem que servir para o que no Centro? Para tratar da segurança, porque, se nós não colocarmos pessoas a morar no centro da Cidade, vai ser sempre um vazio, Ver. Cecchim, e esse vazio gera insegurança.

O Prefeito Haddad, de São Paulo, fez um programa para recuperar vinte mil residências no centro de São Paulo. Então eu venho aqui dizer que o Projeto que o Ver. Bernardino traz é um Substitutivo do Governo que nós iremos analisar com carinho, mas esse projeto que o Governo apresentava eu já vim aqui, como Líder da minha Bancada, dizer que é um projeto importante e interessante, porque, se nós não reestruturarmos os centros, os centros se tornarão refúgios do quê? Refúgios da delinquência, falta de estrutura urbana, sem vida ativa, cultural ou não.

Quero aqui associar mais algo a esse tema e já pedir aqui ao Governo que faça a regulamentação de outro projeto que aprovamos no Plano Diretor, que criou as áreas de animação cultural, entre elas o Centro da Cidade, pegando o Mercado Público, Praça XV, Chalé, Av. Borges de Medeiros, que seja uma área de animação cultural. Para quê? Para que ali nós possamos atrair os bares, restaurantes, atividades culturais noturnas e ter vida junto à população.

Então, eu venho novamente dizer que este é um Projeto que merece ter aqui a nossa análise com profundidade, Sr. Júlio, que trabalhou muitos anos lá para construir a cooperativa habitacional de 60 famílias. E este Projeto aqui, se for reestruturado, creio que vai trazer para o Centro umas duas mil famílias. É pouco? É pouco, mas já é muito diante do vazio que nós temos. E ali nós temos aqueles prédios, como o “esqueletão”, que todo mundo sabe qual é. Ali na Galeria do Rosário e no entorno há um conjunto de prédios ainda vazios; na Rua da Praia há um conjunto de prédios vazios; ali perto do

Palácio, perto da elevada da Av. Borges há um prédio imenso vazio, semiacabado e abandonado. Então, essa política vem para, mesmo propondo incentivo como está colocado aqui, através de índices, qualquer atividade que resolva que esses locais onde tem água, luz, energia, estrutura, escola, segurança possam ser ocupados, e que as pessoas não precisem pegar um ônibus para vir do Rubem Berta ou da Restinga. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Visualmente, não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h14min.)